

Sob o céu de Junho

 revistacult.uol.com.br/home/sob-o-ceu-de-junho-2013

11 de junho de 2018



Após cinco anos do enigmático Junho de 2013, ainda cabem mais perguntas do que respostas (Arte Andreia Freire/Divulgação)

As máscaras de Guy Fawkes espalhavam-se pela avenida Paulista naquela tarde de 20 de junho de 2013. Chegava ao ápice, ali, um dos principais movimentos de massas do país em sua história recente. Decorridos cinco anos das grandes manifestações, os analistas ainda estão a dever um entendimento mais delineado sobre a natureza daquele fenômeno — de resto tão enigmático quanto as sorridentes máscaras que se tornaram seu principal símbolo.

Não raro nos deparamos com a ideia de que aqueles acontecimentos condicionaram o processo político posterior. Parece consenso que a inflexão vivenciada pelo país nos últimos anos, com a erosão rápida e continuada da hegemonia da esquerda, iniciou-se em junho de 2013. Como explicar aqueles eventos? Que motivos haveria para a maior onda de protestos do pós-redemocratização?

Ao pisar neste terreno pantanoso, é prudente buscar as partes menos movediças. Junho de 2013 foi, inegavelmente, um movimento amplo, complexo e heterogêneo. Costuma-se dizer que teve como protagonista a juventude urbana. Manuel Castells sentenciou, em referência às mobilizações: “Um mundo que a gerontocracia dominante não entende, não conhece e que não lhe interessa, por ela encarado com suspeita quando seus próprios filhos e netos se comunicam pela internet”.

Mas a verdade é que 2013 foi menos uma questão etária do que de atitude: o movimento trazia consigo um novo ethos — ou, talvez, aquilo que um autor como Raymond Williams classificaria como uma nova estrutura de sentimento. Uma geração política fazia, então, sua estreia nas ruas — sob as influências contraditórias de uma década de governos de centro-esquerda, no plano nacional, e do neoliberalismo triunfante em âmbito planetário. Sob esse céu de lusco-fusco, ponteados de trevas e luzes, uma multidão tomou as ruas. O episódio é por vezes identificado com a classe média. Porém, como lembra Celso Frederico, “o movimento ganhou adesão e os sujeitos periféricos saíram de seus guetos, o que conferiu à luta traços de uma revolta popular”.

Da mesma forma que reuniu grande diversidade de atores, o movimento também se desdobrou no tempo, conhecendo várias etapas. Começou hegemônico pelo Movimento Passe Livre (MPL), organização que contava com quadros juvenis influenciados por organizações de esquerda. O ápice dessa primeira fase aconteceu no dia 13 de junho, em São Paulo, quando a truculência policial resultou em sete repórteres feridos e mais de duzentos militantes presos.

Tem início, então, uma segunda etapa — aquela em que as jornadas alcançam maior expressão de massas. Consternado com a violência policial, um tropel colorido e multifacetado toma as ruas. Essa fase chega ao clímax em 20 de junho, quando uma maré de gente invade as principais cidades do país portando uma miríade de reivindicações atomizadas, incoerentes entre si, por vezes contraditórias. Segmentos do campo político conservador misturam-se, então, aos manifestantes e aproveitam a onda de participação para propagar suas ideias. Entusiasmam-se com o campo fértil que encontram e disputam intensamente o protagonismo e a liderança.

A terceira e última etapa das jornadas tem início no final de junho e se estende até outubro, quando acontecem, já esvaziadas, as últimas passeatas. Nesse período a maré participativa recua e a nota dominante passa a ser o vandalismo. Liderado por black blocs, punks e outros grupos anarquistas adeptos da “ação direta”, o movimento revela sua face thanatos. As pulsões destruidoras ganham expressão à medida que o movimento define. É nesse momento que os protagonistas iniciais — MPL e demais entidades juvenis — retiram-se de cena, impotentes em pautar o sentido e os rumos das manifestações. O movimento termina, assim, com uma resultante política confusa e pouco definida.



Manifestação na Avenida Paulista no dia 20 de junho de 2013 (Arte Andreia Freire / Foto Marcos Santos / USP Imagens)

Não tem sido fácil, desde então, definir o significado daqueles acontecimentos. Pistas importantes podem ser obtidas se olharmos para a ambiência internacional. Nesse plano, podemos dizer que 2013 possui antecedentes próximos e distantes. Entre os distantes, não há como não lembrar o maio de 1968. No tempo em que se comemoram os cinquenta anos desse reluzente episódio, é preciso registrar que os manifestantes de junho herdaram, em larga medida, o espírito libertário e “horizontalista” dos acontecimentos iniciados na Universidade francesa de Nanterre.

Mas 2013 é herdeiro mais direto de um conjunto sinuoso de protestos ocorridos nos últimos vinte anos, a maioria deles de sentido anticapitalista. A série tem início com os protestos antiglobalização, uma primeira forma de resistência contra o neoliberalismo que corria o mundo, galopante, nos anos 1990. O ponto alto dessa fase foram os protestos de Seattle (EUA) contra a reunião da OMC, em 1999, que apresentaram ao mundo a novidade barulhenta dos grupos black blocs. Essa resistência ainda claudicante evoluiu para o movimento altermundista, que se desenvolveu na primeira metade dos anos 2000 tendo como epicentro o Fórum Social Mundial.

Na década seguinte uma nova etapa tem início a partir dos levantes populares na Tunísia e — com amplitude ainda maior — no Egito. A onda espalha-se por outros países da região, configurando o que ficaria conhecido como Primavera Árabe. Ainda no ano de 2011 sobrevém a mobilização espanhola dos “Indignados”, cujo epicentro ocorreria em Madri. Quase ao mesmo tempo eclode em Nova Iorque o movimento Occupy Wall Street, contrário às grandes corporações e pródigo na formação de estruturas de autogoverno. Na parte sul do continente, as revoltas estudantis chilenas de 2011 denunciaram o sucateamento e a privatização da educação.

Esses movimentos têm em comum a utilização de redes sociais e demais ferramentas interativas que, por suas características topológicas, garantem extensa conectividade. Ao permitir o mais amplo compartilhamento de mensagens, essas ferramentas impulsionam a participação cívica e a cultura associativa. Os novos ambientes em rede também propiciaram a redução de custos logísticos, facilitando uma radical descentralização e difusão de conteúdos e aumentando a produtividade dos agentes políticos em seus esforços mobilizadores. Sejam quais forem os interesses que se servem da web 2.0, é fato irrecusável que ela ampliou o poder de fogo de campanhas, movimentos e demais articulações da sociedade civil.

Outro ponto comum a esses movimentos é o fato de destacarem a demanda pelo direito à cidade. Ela foi expressa, no mais das vezes, através do ato de demarcar o caráter comum de um espaço público, como uma praça ou um parque. Isso já ocorria desde os “acampamentos de juventude” dos fóruns sociais mundiais, e voltou a repetir-se na Praça Tahrir do levante egípcio; na Porta do Sol ocupada pelo movimento dos “Indignados” em Madri, e no Parque Zuccotti, em Nova Iorque, que viu nascer os movimentos da grife Occupy. No Brasil, junho de 2013 teve como estopim a questão da mobilidade urbana, diretamente conectada ao direito à cidade.

Manifestações contra a carestia no transporte urbano — as famosas “revoltas do buzú” — já ocorriam havia muito no Brasil. Ainda em maio de 2013, protestos desse tipo eclodiram em Natal e Goiânia. Havia já, portanto, certa eletricidade no ar. Mas o que estava por acontecer, tendo São Paulo como epicentro, não era uma “revolta do buzú” qualquer, mas algo que entraria para a história do país. Ademais, como fica claro em sua fase mais massiva, o movimento esteve longe de restringir-se à questão tarifária. Outras reivindicações entraram em cena, chegando a ofuscar a bandeira inicial agitada pelo MPL — a revogação do aumento de vinte centavos no transporte urbano.

Que reivindicações eram essas? Quais suas reais motivações? A inflação encontrava-se sob controle, e o país vivia um momento de quase pleno emprego. Os aumentos anuais do salário mínimo, a ampliação do crédito popular e os programas de transferência de renda garantiam o crescimento, ainda que moderado, da renda do trabalhador. Programas de políticas públicas permitiam a ampliação de direitos, em especial aos segmentos mais vulneráveis. Expandia-se o acesso à educação pública — bandeira cara à juventude.

Em face dessa aparente incongruência, é importante auscultar os sentidos do movimento com base no que pensavam e diziam seus próprios artífices. A tarefa revela-se, a princípio, não muito simples, pois as manifestações trouxeram à tona uma verdadeira sopa eclética de protestos e reivindicações. É possível, contudo, identificar em meio ao mar de demandas particularistas bandeiras de maior alcance e dimensão, capazes de fornecer as grandes linhas de síntese do movimento.

A primeira delas é a própria luta pelo direito à cidade. No mesmo nível de importância, podemos identificar a denúncia de um sistema político corrupto e pouco representativo. Os manifestantes queixavam-se do sequestro da democracia por políticos profissionais, fechados em seus gabinetes e alheios às reais necessidades da população. Protestavam, ainda, contra a mercantilização do voto — sua transformação em moeda de troca na grande barganha operada por corporações empresariais e partidos de fachada.

Além dos reclames por democracia e pelo direito à cidade, os protestos de 2013 trouxeram à cena, com destaque, a defesa dos direitos sociais e trabalhistas e a melhoria de serviços públicos como educação, saúde, transporte e moradia. Um conjunto de direitos específicos e identitários (contra as discriminações de raça, gênero e orientação sexual, legalização do aborto, descriminalização da maconha) completam o leque das principais exigências colocadas pelas jornadas de junho.

Cobrada pelos manifestantes, a então presidenta Dilma Rousseff anunciou “cinco pactos em favor do Brasil”: reforma política; responsabilidade fiscal; investimentos em mobilidade urbana; mais verbas para a educação pública, e melhorias na saúde. Alguns avanços chegaram a ser contabilizados, com destaque para a aprovação de projeto de lei que destinou 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, e 50% do Fundo Social do pré-sal para os dois setores.

Até pela natureza do movimento de 2013, o tema da reforma política ganhou proeminência entre os pactos firmados por Dilma Rousseff. Um projeto de lei sobre o tema foi encaminhado ao Congresso Nacional, tendo como eixos o fortalecimento dos partidos políticos, a ampliação da representatividade dos mandatos eletivos e a promoção de consultas e plebiscitos. Após batalhas procedimentais e tergiversações de todo tipo, o projeto foi enterrado no Congresso Nacional. Sacrificava-se uma vez mais, no altar dos caprichos da classe política, o desejo de mudança das instituições representativas.

Entretanto, as críticas dos manifestantes de junho terminaram por extrapolar modelos específicos de representação e conduta política. Em 2013 entram em cena com força, pela primeira vez em nosso país, ideias contrárias aos partidos e à própria política, vista em si mesma como “suja” e “ilegítima”. Nas tendências autonomistas, que ganham força conforme o movimento se desenrola, é possível identificar certa ojeriza à ideia de mediação: não apenas aquela que se realiza no campo eleitoral-parlamentar, mas também a ação mediadora realizada por partidos, sindicatos e demais entidades de representação. Elas são vistas como “intrusas” que tentam, de maneira capciosa, apropriar-se do movimento, subvertendo sua lógica. Algumas dessas ideias impulsionaram tendências à fragmentação da representação e se tornaram ingredientes da crise política que ainda hoje vivenciamos.

A maneira de assim conceber as questões da representação política deriva, em grande medida, da peculiar dialética entre indivíduo e coletivo revelada nas manifestações de 2013. Ela remete a obras como as de Antonio Negri e Michael Hardt, autores que postulam o advento de uma nova forma de organização política, pluralista e “horizontal”, a qual recusa os canais políticos convencionais e não ambiciona constituir-se em coletivo homogêneo, hierarquizado e programático.

Junho de 2013 segue, assim, um modelo de mobilização — consagrado com os movimentos altermundistas e antiglobalização — que tem por base indivíduos conscientes, “autônomos” e “protagonistas”. É duvidoso se estamos diante de um coletivo em sentido autêntico ou de uma multidão atomizada e descoordenada. Enquanto Castells vê em 2013 “milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo”, para Toni Negri “a multidão é uma multiplicidade de singularidades que não pode encontrar unidade representativa em nenhum sentido”.

Nesse ambiente avesso a partidos, sindicatos e demais entidades tradicionais de representação, as bandeiras do movimento fracionaram-se em incontável número de demandas setORIZADAS, muitas delas francamente inexequíveis. Ao mesmo tempo, a crítica das mediações políticas abriu caminho à penetração de atores e tendências que dificilmente teriam a mesma chance no padrão tradicional de mobilizações. Muitos manifestantes tornaram-se presa fácil de um discurso protofascista, encarnado na aversão à política e aos partidos, embora essa tendência ainda se apresentasse naquele momento com tinturas anarcoesquerdistas.

Isso resta bem expresso, aliás, na própria máscara de Guy Fawkes. Popularizada no filme *V de vingança* (2005), ela era usada por um personagem de inspiração anarquista que luta contra o totalitarismo em uma Inglaterra distópica. A máscara reproduz o rosto de Guy Fawkes, soldado britânico que tomou parte no episódio conhecido como Conspiração da Pólvora, no qual pretendia assassinar o rei protestante Jaime I e explodir o Parlamento inglês durante uma sessão em 1605, para assim dar início a um levante católico. Quatro séculos depois, tornou-se o símbolo de cibermovimentos libertários como o grupo Anonymous, que usa o hacktivismo como forma de promover a liberdade de expressão na internet.



Manifestantes ocupam rampa e cúpula do Congresso Nacional (Arte Andreia Freire/Foto Marcello Casal Jr/ ABr)

Cabe, neste ponto, uma palavra adicional sobre as redes sociais. Os novos mecanismos de interação têm sido comumente acompanhados de uma retórica democratizante: seriam os agentes de uma nova cultura colaborativa, onde todos teriam a possibilidade de ser vistos e ouvidos. Esse ideário, generalizado com excessiva rapidez, ainda está a exigir das ciências sociais uma análise rigorosa. Não se trata de subestimar as possibilidades das novas tecnologias, mas de concretizá-las em ambientes sociais específicos, marcados por contradições e disputas de interesse.

O potencial emancipatório da internet coexiste com sua utilização, muitas vezes agressiva, para finalidades políticas e comerciais. Registre-se, em especial, o modelo de negócio de empresas como Google e Facebook, baseado no uso de algoritmos cujos efeitos colaterais são o fomento ao individualismo e a uma atitude monológica, que tende à recusa do contraditório. É nesse ambiente volúvel, no qual são flexibilizadas as instâncias tradicionais de validação da informação, que o prestígio da fonte surge diminuído, configurando-se a atmosfera epistemológica que tem sido chamada de pós-verdade.

Refração a partidos e lideranças, e conseqüente fragmentação da representação; dispersão e atomização de demandas; formação de nichos de interesse setorizados e mesmo individualizados, contando com a facilitação dos novos avatares digitais. Tudo isso ajudou a configurar o caráter mutante de 2013. Caprichoso como a deusa Juno — que empresta seu nome ao mês de junho —, o movimento evadiu-se de si próprio, deslizando para muito além de seus objetivos iniciais. Nessa situação de imensa volatilidade, as manifestações seguiram por sendas imprevisas. O movimento ganhou uma margem de liberdade semântica que lhe garantiu abertura a significados diversos. Isso permitiu que seus sentidos passassem a ser intensamente disputados por distintas confissões políticas, numa batalha de contornos semióticos que assumiu, muitas vezes,

caráter inusitado. Ícones de grande tradição, como a camisa da seleção brasileira de futebol, terminaram sacrificados às conveniências de um dos lados do espectro ideológico.

Logo se tornou claro que o novo modelo de protestos poderia servir de cobertura para inúmeras reivindicações, boa parte delas incompatível com a orientação inicial. Foi assim que atores e grupos de perfil conservador entraram na disputa, com o fito de imprimir aos acontecimentos suas próprias interpretações. A questão social, bem representada na luta pela redução do preço da passagem, foi gradativamente substituída pela agenda de setores neoconservadores da classe média, ancorada no moralismo e na negação da política. Esses setores andavam insatisfeitos com os rumos dos governos Lula-Dilma, pois, como opina Fernando Haddad, “os ricos estavam se tornando mais ricos e os pobres, menos pobres. Por seu turno, as camadas médias tradicionais olhavam para a frente e viam os ricos se distanciarem; olhavam para trás e viam os pobres se aproximarem. Sua posição relativa se alterou desfavoravelmente”.

Em outras palavras, mudanças — ainda que tópicas — na estrutura social do país encontraram resistências. Mas a insatisfação da classe média não havia encontrado, até 2013, os canais adequados de expressão. A defesa da desigualdade social, ainda mais em um país como o Brasil, não é o tipo de tese capaz de encontrar guarida no debate público. Uma alternativa engenhosa seria pulverizar tais ideias na atmo-esfera pública, fazendo delas um sentimento difuso, daqueles que apenas se insinuam sem jamais se revelar por completo. Junho de 2013, com sua nova morfologia e seus modelos orgânicos inéditos — menos argumentativos do que afetivos, baseados antes na imagem do que na palavra — mostrou-se o ambiente ideal para dar vazão a tais inquietações.

Essa constatação não nos deve conduzir, contudo, a visões desprovidas de nuances. É preciso compreender junho de 2013 em sua complexidade, sem desconsiderar o gradiente de colorações ideológicas que foi capaz de abarcar. Nessa perspectiva, seria um erro pensar — como fazem hoje setores da esquerda — que 2013 foi um movimento intrinsecamente conservador, espécie de antessala do movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff.

O que tivemos no Brasil em 2013 foi uma singularidade sociológica: movimentos com orientação à esquerda e à direita disputando espaço nos mesmos eventos.

“Surpreendentemente, essas duas vertentes estiveram juntas nas manifestações de junho.” Havia ali atores e grupos que queriam pôr fim ao ciclo de governos Lula-Dilma, e outros que pugnavam pelo aprofundamento desse ciclo. Prova disso pode ser conferida nos dados sobre apoio às manifestações. Pesquisa Ibope realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2013 indicava que 75% da população brasileira apoiavam os protestos. A mesma pesquisa mostrava, ainda, que 71% dos brasileiros diziam-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a vida que levavam. Não é possível entender esses números sem admitir que havia pelo menos entre os simpatizantes, mas provavelmente também entre os participantes das manifestações, a opinião de que a situação do país

era boa. Isso não significa, contudo, que entre os satisfeitos não houvesse também o desejo de mudança. Afinal, como se costuma dizer, “a conquista de hoje é o trampolim de amanhã”.

Junho de 2013 conservou desde sempre — e conserva ainda hoje — certa abertura de sentidos. Foi a arena na qual atores de diferentes orientações testaram forças e ensaiaram movimentos. Naquele espaço, forças sociais, políticas e midiáticas ligadas ao campo conservador disputaram palmo a palmo o controle das ruas com a juventude progressista e os movimentos sociais populares. Essa disputa chegou, por vezes, às vias de fato, como na demonstração ocorrida em São Paulo no dia 20 de junho, quando houve confronto violento entre militantes de partidos e entidades estudantis, de um lado, e grupos que se diziam “contra os partidos”, de outro.

A chave para a compreensão das manifestações reside, assim, na luta política que se travava — e ainda se trava — na sociedade brasileira. As jornadas de junho não podem ser compreendidas em si mesmas, mas apenas à luz dessa disputa mais ampla. Em vez de tentar “encaixotar” junho em definições como “conservador” ou “progressista”, talvez fosse melhor atentar para o que as diferentes orientações políticas fizeram do episódio. O movimento não teve significados unívocos; seus sentidos são aqueles que as diferentes tendências políticas buscaram imprimir-lhe, com maior ou menor êxito, como parte de suas manobras naquilo que Gramsci chamou de “guerra de posição”.



Manifestantes ocupam o Congresso Nacional (Arte Andreia Freire/ Foto Valter Campanato / ABr)

O período pós-2013 pode ser entendido, em larga medida, a partir da “clivagem” do movimento, com a cisão entre as orientações opostas que nele coexistiram. O lado conservador ganharia, no período posterior, maior expressão de massa, desaguando no movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff, enquanto movimentos e

organizações influenciados pela esquerda colocavam-se em perspectiva oposta. Ambas as partes aprenderam com o episódio, que se constituiu em verdadeira incubadora de novas formas organizativas, contribuindo para oxigenar o associativismo civil.

O segmento político à direita passou a investir intensamente em novos modelos de ação civil, apropriando-se da linguagem desenvolvida nas manifestações de junho. Desenvolveram-se nesse campo entidades como o Movimento Brasil Livre (MBL, sigla aparentemente inspirada no MPL) e o Vem pra Rua, que toma de empréstimo a palavra de ordem consagrada nas jornadas de junho. Mais à direita, o estridente Revoltados ON LINE é o único que já existia em 2013, porém com caráter distinto — era um movimento de combate à pedofilia. Esse grupo foi mais tarde repaginado por completo, passando a servir a propósitos políticos reacionários. Todas essas entidades surgem como fruto da observação atenta das manifestações de junho.

O lado oposto, nucleado pelos movimentos sociais de extração popular, também soube extrair lições. Nesse campo político, o movimento estudantil — em particular o secundarista, com a flexibilidade que lhe é característica — conseguiu ser mais efetivo na incorporação das novas formas gestadas em 2013. Essa parte do espectro civil ganhou expressão de massas em alguns poucos momentos do período posterior, como na chamada Primavera Feminista e no período das ocupações de escolas contra a reforma do ensino médio. Nesse último caso, a combinação entre estruturas horizontalizadas, comando unificado e clareza programática inaugurou uma forma de luta inteiramente inédita.

Após cinco anos do enigmático episódio, ainda cabem mais perguntas do que respostas. O tempo, porém, decantou os acontecimentos e desnudou tendências. Junho de 2013 foi um terremoto que mudou a paisagem política do país, surpreendendo grupos de distintas orientações. Nesse processo, a esquerda — talvez muito ocupada com sua presença em postos de governo — demorou a entender o que se passava, subestimou o alcance do movimento e demonstrou debilidades ao disputar ideias naquela arena.

A direita foi mais ágil. Ela coloca-se, num primeiro momento, contrária às manifestações, mas logo começa a “gostar do jogo”, muda de posição e entusiasma-se com a possibilidade de disputar os sentidos de junho. Como indica o período posterior, esse campo soube tirar melhor proveito de 2013, usando o episódio como alavanca para a construção da nova hegemonia liberal-conservadora. Seu êxito revela o quanto as forças de esquerda andaram fragilizadas em um território que, desde o período imediatamente anterior ao regime de 1964, tinha sido majoritariamente seu: as manifestações de rua.

De todo modo, não é possível considerar que inflexões como a de 2013 sejam uma exclusividade brasileira. Em todo o mundo, situações reveladoras de certo mal-estar anticapitalista têm sido capturadas por segmentos radicalizados da direita, identificados como única alternativa real ao establishment. O fenômeno da “rebeldia conservadora”

dá-se largamente em função de debilidades da própria esquerda. Após décadas vivendo em perigosa simbiose com o sistema, esse campo tem encontrado dificuldades ao desempenhar o papel — que lhe seria precípuo — de encarnar anseios transformadores.

Na esfera eleitoral, essa situação verificou-se na Inglaterra do Brexit, como também nos Estados Unidos da eleição de Trump. No âmbito civil, muitos movimentos críticos e iconoclastas, voltados no mais das vezes à denúncia da privatização dos espaços urbanos, têm-se comportado como autênticos “meteoros”: brilham intensamente, mas de forma efêmera; rasgam o céu antes de sumir sem deixar vestígios, absorvidos pelas poderosas forças do status quo. A esse propósito, uma advertência do próprio Michael Hardt merece ser resgatada:

“Temos consciência [...] de que esses movimentos têm grandes desafios pela frente. Mais importante, para mim, é a necessidade de que eles criem forças políticas duradouras e efetivas. Essas multidões [...] tiveram sucesso ao criar belas relações democráticas nos limites de uma praça por alguns meses. Contudo, ainda não foram capazes de se expandir no espaço e no tempo para transformar a sociedade de uma forma duradoura.”

Cabe acrescentar que não será possível “transformar a sociedade de uma forma duradoura” sem um trabalho hercúleo de organização e educação política. Talvez seja esta a maior de todas as faltas da esquerda em seu ciclo de governos nacionais: a lassidão em educar o povo para o sentido maior do que se fazia, conscientizá-lo sobre o que estava em jogo, prepará-lo para reconhecer e defender seus interesses com as próprias unhas. Se isso não acontece, qualquer momento de ebulição política converte-se em risonha oportunidade para as forças da reação.

É preciso dizer, ao cabo, que as manifestações de 2013 jamais chegaram ao fim. Seu espírito continua no ar. Suas demandas jamais foram esgotadas, seja no governo Dilma — apesar dos esforços sinceros —, seja no governo Temer — que parece ignorá-las rotundamente. Não é descabido supor que aqueles pleitos seguirão como pano de fundo da política brasileira por certo tempo. O hiato entre governo e ruas, longe de reduzir-se, parece ter-se amplificado. O clamor pela renovação da política segue entalado na garganta. Esse clamor ainda pode resultar, quando menos esperarmos, em novas explosões de energia nas ruas. Resta saber, uma vez mais, como as correntes em disputa reagirão a isso.

FÁBIO PALÁCIO é doutor em Ciências da Comunicação (ECA/USP) e professor adjunto do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)